

Elites modernas na transição para a periferia do capitalismo periférico

Engenheiros, economistas e empresários mineiros e a percepção das relações entre o nacional e o regional no quadro da modernização econômica brasileira (1930-1970)

Na Primeira República, sob a égide de modelo primário-exportador e do crescimento sustentado pela expansão da cafeicultura, forjou-se percepção difusa sobre as raízes das desigualdades econômicas regionais brasileiras. Ao caráter incipiente do processo de integração do mercado interno em bases capitalistas correspondia elevado grau de autonomia das economias regionais (Cano, 1985: 51-71). A partir da década de 1930, transformações econômicas, políticas, sociais, institucionais e administrativas promoveram a aceleração do processo de modernização, em curso desde meados do século XIX, e conduziram a redefinição dos marcos da compreensão dos desníveis regionais (Cano, 1985: 157-298). A tomada de consciência do caráter regionalmente desigual do desenvolvimento brasileiro somente se apresentou consolidada e conheceu ampla disseminação entre o final da década de 1950 e o início do decênio seguinte (Lessa, 1975).

Na passagem do século XIX para a centúria seguinte, irrompeu embrião de consciência da posição de *atraso relativo* da economia de Minas Gerais. Fração das elites regionais assumiu, desde então, discurso que afirmava a *perda de substância* e a necessidade da *recuperação econômica* (Dulci, 1999: 37-58). No pós-30, elites técnicas e empresariais mineiras formaram, progressivamente, percepção da dinâmica espacialmente concentrada e excludente da modernização econômica e social brasileira, bem como reagiram à crescente constatação de que o estado de Minas Gerais apresentava inserção periférica no processo de integração do mercado interno nacional (Diniz, 1981: 99-120).

Entre os meios para a divulgação das reflexões, estudos e propostas de intervenção sobre os grandes problemas nacionais e regionais, bem como para a expressão dos interesses das elites modernas, destacaram-se as revistas das associações de classe e de categoria profissional. Publicações que surgiram, consolidaram certo perfil de engajamento no debate sobre o desenvolvimento, alcançaram o auge em termos de projeção social e declinaram como órgão efetivo de informação, discussão e representação exatamente entre as décadas de 1930 e 1970¹. No geral, estas publicações cumpriram papel de destaque no debate sobre o desenvolvimento, especialmente porque costuraram, com certo grau de habilidade, sua argumentação política lastreada em argumentos essencialmente técnicos. Não era invulgar, nesse sentido, que as associações de classe ou de categoria profissional possuísem seus departamentos de estudos econômicos ou congêneres, em que se lotavam profissionais dedicados à análise da economia regional e que, no limite, estes setores de estudos tivessem participação privilegiada na composição dos artigos publicados por estas revistas. Assim, ao argumento político era conferido grau de confiabilidade técnica. As revistas acadêmicas consultadas também espelharam a dinâmica das transformações econômicas e sociais do período contemplado. Para além de temas de natureza essencialmente teórica, as revistas

¹ Foram sistemática e extensivamente compulsadas revistas de associação de classe que cobrem o período que se estende do final da década de 1930 ao início da década de 1970. As revistas *Vida Industrial* e *Mensagem Econômica*, respectivamente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e da Associação Comercial de Minas (ACM), cumpriam a função de órgãos de expressão por excelência das mais importantes associações de classe empresariais de Minas Gerais. *Vida Industrial* foi coberta no período 1950 a 1971 e *Mensagem Econômica* no período 1952 a 1971. Os artigos dessas revistas abordavam temas diversos, conquanto com ênfase em assuntos atinentes a economia regional. A *Revista Mineira de Engenharia*, o mais longo periódico consultado, ou entre 1938 e 1964, era o principal órgão de expressão da categoria profissional do engenheiro. Publicação da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME), abordava temas variados.

acadêmicas acolheram artigos voltados à discussão das grandes questões nacionais e dos desafios da economia regional².

Descentralização e interiorização do desenvolvimento

Na década de 1930, no âmbito do debate nacional sobre a constituição da indústria de base no Brasil, a Sociedade Mineira de Engenheiros³ desempenhou papel ativo na discussão sobre aspectos econômicos, técnicos e locais referentes à grande siderurgia (Barbosa, 2012: 129-142). Nesse sentido, evidenciou-se a percepção, por parte de elite técnica-empresarial de Minas Gerais, da estreita relação entre a ação pública voltada à promoção da industrialização e a necessidade da interiorização do desenvolvimento. Como no excerto de *A grande indústria siderúrgica no Brasil*, palestra proferida por Américo Renê Giannetti⁴, em 1939, quando da comemoração da *Semana do Engenheiro*:

² Foram sistemática e extensivamente compulsadas revistas acadêmicas que cobrem o período que se estende do início da década de 1950 ao início da década de 1970. No periódico acadêmico *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, da Faculdade de Direito da UFMG, contemplado para os anos 1956 a 1971, foram recolhidos artigos sobre a economia e sistema político regionais. Nas revistas acadêmicas *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas*, entre 1952 e 1957, e *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, entre 1961 e 1966, publicações da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, foram selecionados artigos sobre a economia de Minas Gerais.

³ “Criada no início da década de 30, a SME foi o primeiro ‘ator’ organizado a empreender algum tipo de trabalho de representação da categoria no estado de Minas. (...) A partir da criação desta entidade foi possível aos engenheiros mineiros constituir um campo específico de atuação baseado em princípios profissionais – e não patrimoniais – de identificação. Mesmo sem estabelecer demarcações muito nítidas em relação aos demais segmentos da classe dirigente, a SME firma-se como um núcleo de formulação de políticas e como ator a ser considerado em decisões estratégicas no estado” (Barbosa, 1993: 247).

⁴ Político, engenheiro e empresário (1896-1954). Formou-se pela Escola de Minas de Ouro Preto (1923). Engenheiro-chefe da Metalúrgica Santo Antônio. Iniciativas empresariais: Fábrica de Papel Cruzeiro S.A., Cerâmica Santo Antônio, Imobiliária Mineradora S.A., Companhia Mineira de Estradas e Construções S.A. e, especialmente, Eletro-Química Brasileira S.A. – primeira fábrica de alumínio metálico da América Latina. Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Governo Milton Campos (1947-1951) e responsável pela elaboração do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção. Prefeito de Belo Horizonte (1951-1954). Presidiu a SME e a FIEMG (1939-1947), além da Vice-Presidência e Diretoria da ACM. Integrou o Conselho Federal de Comércio Exterior, a Comissão de Planejamento Econômico Nacional e o Conselho Consultivo Técnico da Companhia Siderúrgica Nacional S.A. Secretário do Conselho Nacional da Indústria (Monteiro, 1994, vol. 1: 284).

“A usina que convem ao Brasil deverá ser calcada na de Monlevade [Companhia Siderúrgica Belgo Mineira], já agora consagrada pela pratica. (...) Ella tem a virtude de encarar o verdadeiro sentido da marcha para o Oeste, porque somente as obras dessa grandiosidade se enquadram dentro das palavras do Exmo. Sr. Presidente da Republica: O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o Oeste. Fazer siderurgia a carvão ou coke importado será marchar em sentido contrario, para Leste. Criar nos sertões brasileiros, como tem feito a siderurgia a carvão de madeira, uma economia nacional sólida é fazer obra profunda de civilização, de progresso e de independencia política. Procurar desviar-a para a costa do Atlantico, tirando-lhe o caracter que deve ter de industria eminentemente (cem por cento) brasileira, sujeitando-se à importação do seu mais importante agente de transformação, que é o combustível, é trabalhar contra os interesses do Brasil; é demolir a economia e a civilização dos sertões; é procurar escravizar-o *ad perpetuum* ao estrangeiro; é não comprehender a significação elevada e patriótica das palavras do Exmo. Snr. Presidente da Republica” [SME, *Revista Mineira de Engenharia*, “A grande indústria siderúrgica no Brasil”, 1939, v. 2, n. 8/9, p. s/n].



Eng. Americo René Gianetti

Engenheiro Américo René Giannetti, fotografia anexa a artigo referente à posse da nova Diretoria da FIEMG [SME, *Revista Mineira de Engenharia*, “É empossado no cargo de Presidente da Federação das Industrias de Minas Gerais o Engenheiro Americo René Gianetti”, 1939, v. 2, n. 10/11, p. s/n].

Quinze anos mais tarde, em contexto distinto e a propósito de debate de outra natureza, o então presidente da SME, Nelson César Pereira da Silva⁵, ressaltou a expectativa de que a futura transferência da capital federal promoveria a integração do interior ao processo de desenvolvimento nacional. Segundo visão classista, o profissional da Engenharia estava especialmente capacitado para aquilatar as transcendentais conseqüências da localização interior da nova capital:

“Efetivamente, não podem os engenheiros brasileiros ficar indiferentes ante a perspectiva de mudança da Capital Federal, assunto o qual estão perfeitamente capacitados a debater sob todos os aspectos, técnico, econômico, social e político. Problema cuja solução é de grande importância para o Brasil, não pôde deixar de interessar vivamente à nossa classe. Viajando constantemente pelo interior do Brasil, sentindo de perto suas necessidades e problemas, os engenheiros estão bem ao par da realidade e sabem calcular as conseqüências que resultarão para o progresso do Brasil si o centro de gravidade da política nacional se deslocar para o interior, onde logicamente deverá estar. (...) Entretanto, no momento atual nenhuma providência é tão decisiva para o futuro da nacionalidade e para a própria vida do povo brasileiro, que precisa de conforto e segurança tanto nas cidades como nos campos. Urge que nossos homens públicos compreendam que o futuro do Brasil está no interior, e que o progresso litoraneo não

⁵ “Engenheiro diplomado pela Escola de Engenharia de Belo Horizonte-MG (1926). Criou empresa, com seu nome, prestadora de serviços urbanos de abastecimento de água e esgotos. Foi também empreiteiro, quando construiu trechos de estradas rodoviárias. Trabalhou como telegrafista do Departamento de Correios e Telégrafos. Como engenheiro, foi residente da Estrada de Ferro Central do Brasil, no ramal Mariana-MG-Ponte Nova-MG e superintendente das obras de construção da Fábrica Nacional de Aviação em Lagoa Santa-MG. Ocupou ainda os cargos de diretor da Cia. Telefônica de Minas Gerais e presidente do Conselho Rodoviário do estado. Presidiu também a SME (1950-54) e foi membro do Conselho Técnico Consultivo da CVRD. Teve atuação discreta na política, tendo sido eleito prefeito de Manhumirim-MG em 1931” (Martins Filho, 2013: 458-459).

póde ser assegurado sem o correspondente desenvolvimento das imensas áreas internas abandonadas e desprotegidas” [SME, *Revista Mineira de Engenharia*, “A mudança da capital federal”, 1954, v. 17, n. 60, p. s/n].

Na década de 1950, permeavam os estudos da realidade mineira a generalização da crítica ao caráter espacialmente concentrado do núcleo dinâmico da economia brasileira e a necessidade de políticas públicas que promovessem a interiorização do desenvolvimento. Recorrência na análise do quadro de Minas Gerais, a promoção da integração com as regiões mais dinâmicas era apresentada como imperativo para a própria continuidade do processo de modernização econômica nacional. O estudo *Minas Gerais, núcleo irradiador de desenvolvimento*, publicado pela revista da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais⁶, é notável exemplar dessa perspectiva. Provavelmente elaborado pelo Departamento de Estudos Econômicos⁷ da entidade classista, o texto contemplou não apenas síntese da economia mineira em meados da década de 1950, mas também ressaltou o potencial de crescimento regional como campo imprescindível para a expansão da economia nacional:

“O exame, ainda que rápido, da economia do grande Estado do Centro do Brasil põe em justificado realce três teses básicas, que não se revestem de regionalismo, mas apontam decisivamente uma diretriz para a economia brasileira: a) A descentralização econômica, através da interiorização de empreendimentos, deve ser uma constante na política econômico-social do País; b) A formulação de uma política econômica anticíclica ou, mais precisamente, de uma política econômica abrangente de todas as esferas da alçada administrativa no caso brasileiro, não pode ignorar a necessidade do desenvolvimento econômico, através da integração de áreas do centro do País, de nítida vocação industrial; c) A industrialização do Estado de Minas Gerais é uma imperiosa necessidade para o desenvolvimento do Brasil. (...) A região do centro (Minas Gerais), de significativo índice demográfico e de imponderáveis recursos naturais, é por múltiplas razões a área adequada a promover de pronto a mudança mais radical e mais influente em termos nacionais, no prisma restrito com que se visualiza a problemática brasileira. (...) A ousada tarefa de vencer os desequilíbrios brasileiros pode começar pela preocupação objetiva e pragmática de ampliar nossos horizontes produtivos, integrando as áreas econômicas de Minas Gerais, amadurecidas para receber apoio imediato e absorver programas que se destinem sistematicamente a superar os desníveis de produtividade que tanto comprometem a unidade política, econômica e social do País” [FIEMG, *Vida Industrial*, “Minas Gerais, núcleo irradiador de desenvolvimento”, 1956, v. 6, n. 5-6, p. 28].

Editorial de *Vida Industrial*, de julho de 1953, reivindicou a tríade *planejamento, descentralização e interiorização* como diretrizes fundamentais a serem incorporadas ao processo de desenvolvimento brasileiro. O Departamento Econômico da FIEMG respondeu

⁶ A FIEMG foi constituída em 1933, no âmbito da formação de projeto industrial regional, centrado no ramo minero-metalúrgico, e comandado por fração de classe da burguesia industrial mineira. “Nos anos 30, tal projeto transparece na luta pela defesa da grande siderurgia para Minas Gerais. Nos anos 40, ganham destaque as demandas pela superação dos pontos de estrangulamento para a expansão da indústria mineira, identificados na debilidade da estrutura de transportes e da oferta de energia elétrica, além das pressões para revisão do sistema de fretes na Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) e na política de crédito contracionista de Dutra. Nos anos 50, retorna com novo fôlego a luta pela ‘Volta Redonda dos mineiros’, motivo de intensa campanha da FIEMG, que acabou por resultar na criação da Usiminas (...) Com a fundação da FIEMG, pois, os industriais, sob a hegemonia dos empresários ligados ao ramo metalúrgico, passam a participar como força social, dotada de recursos organizacionais próprios, nos debates que se observam acerca do rumo a ser tomado pela economia nacional e mineira” (Delgado, 1997: 55-56, 58).

⁷ “O Departamento de Estudos Econômicos da FIEMG nasceu em 1948, sob a direção do economista Jayme Peconick. Foi, segundo Maria Lígia Barbosa, o primeiro local de articulação pública dos economistas, segmento que ainda engatinhava no Brasil. Destacou-se, sobretudo, como espaço de formulação da estratégia de industrialização pesada em Minas: os projetos da Usiminas e da Açominas foram iniciados pelo *staff* econômico da FIEMG. Outros empreendimentos que lançou ou estimulou foram o da criação de um banco regional de desenvolvimento, para descentralizar as funções concentradas no BNDE, e o da implantação em Minas de uma refinaria da Petrobrás, reivindicação que tomou corpo em fins dos anos 50” (Dulci, 1999: 180-181).

pela elaboração de estudos que balizaram a participação classista empresarial em reunião da *Indústria Brasileira*, realizada em maio e junho de 1953, na cidade de São Paulo:

“As constantes de nosso trabalho, ou seja: – planejamento, descentralização e interiorização da atividade econômica; permitiram que os estudos de Minas Gerais obtivessem expressivo acolhimento por parte dos industriais de todo o país. (...) As demais constantes do trabalho apresentado pela indústria de Minas Gerais [para além do planejamento] contemplavam as grandes linhas de uma política de desenvolvimento ou as diretrizes da etapa mais completa do programa de mobilização econômica que precisa ser executado em nosso país: **Descentralização**, e **interiorização**, para permitir o restabelecimento do equilíbrio econômico e a integração de novas áreas, foram por nós consideradas as diretrizes básicas” [FIEMG, *Vida Industrial*, “O Momento”, 1953, v. 3, n. 7, p. 1-2].

No quadro do relatório das *Atividades dos Departamentos Técnicos* da FIEMG de 1956, especificamente das *Realizações e Diretrizes do Departamento de Estudos Econômicos*, foi assinalada a divulgação, em “suplemento especial de um grande jornal da Capital da República e por esta Revista”, das mesmas orientações salientadas no editorial publicado três anos antes:

“O Departamento de Estudos Econômicos fez inserir as teses fundamentais de seu programa, colocando em merecido relêvo a característica filosófica de seu trabalho, justificada por uma constante programática que, em síntese, ressalta as seguintes linhas gerais: – a descentralização econômica, através da interiorização de empreendimentos, deve ser permanente na política econômico-social do País; – a formulação de uma política econômica anticíclica, ou mais precisamente, de uma política abrangente de tôdas as esferas da alçada administrativa, no caso brasileiro, não pode ignorar a necessidade do desenvolvimento econômico, através da integração de áreas no centro do País, de nítida vocação industrial – a industrialização do Estado de Minas Gerais é uma imperiosa necessidade para o desenvolvimento econômico do Brasil” [FIEMG, *Vida Industrial*, “Realizações e Diretrizes do Departamento de Estudos Econômicos”, 1956, v. 6, n. 9, p. 14].

A proposição da interiorização do desenvolvimento como meio para a correção dos desníveis regionais persistiu, ao menos, até o final da década seguinte. Interiorizar no sentido de desconcentrar, difundir, generalizar o desenvolvimento econômico dos estados dinâmicos. *A Campanha pela Interiorização do Desenvolvimento*, lançada em julho de 1969, por Adolfo Neves Martins da Costa⁸, presidente da Associação Comercial de Minas⁹, é demonstração

⁸ Presidente da ACM (1969-1970 e 1971-1972), empresário e engenheiro. Formou-se em Engenharia Civil na Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais (1953). Dedicou-se à indústria da construção civil desde 1953. Presidiu a Fiat Automóveis S.A. (1973-1979), a Companhia Nacional de Alumínio S.A. (1976-1980), a Minas Gerais Alumni Association. Participou de conselhos e comissões de várias empresas, fundações e outras instituições públicas e privadas (Monteiro, 1994, vol. 1: 193-194).

⁹ Fundada em 1901, contou com ampla adesão dos empresários da recém fundada nova capital de Minas Gerais. Na República Velha, além de iniciativas de fundo corporativo, voltadas à consolidação da entidade, da regulamentação das atividades empresariais e da estruturação social do empresariado como classe, a ACM participou ativamente das principais discussões sobre temas regionais e nacionais, como nos Congressos Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 (1º), de 1923 (2º) e de 1928 (3º). Na *Era Vargas* integrou as discussões sobre a legislação social corporativista, estabeleceu interlocução política e econômica com os poderes públicos estadual e federal, atuou no processo de constitucionalização do início da década de 1930, participou da promoção de novo congresso das “classes produtoras” (1935 – 4º), engajou-se na discussão e formulação de políticas associadas à industrialização nacional. Na *Quarta República*, a ACM dedicou-se à reflexão sobre o problema do “atraso relativo” da economia de Minas Gerais, envolveu-se nos grandes debates nacionais (desenvolvimento, nacionalismo, industrialização, petróleo, entre outros), criou o Instituto Mineiro de Economia e Sociologia (1947) e patrocinou a criação do Centro de Estudos Econômicos de Minas Gerais (1950), internalizou a temática do planejamento e assimilou a ascensão de elites técnicas, criou seu Departamento de Estudos Econômicos (1949), entre outras iniciativas. A ACM integrou-se ao movimento que resultou na quebra da institucionalidade em 1964 e apoiou o regime ditatorial que se seguiu, participou de todas as grandes discussões econômicas da década de 1960, sejam referentes à realidade regional, sejam de âmbito nacional (Pereira e Faria, 2001: 12-242).

inequívoca da longevidade de certa percepção do caráter geograficamente concentrado do desenvolvimento brasileiro.



“A manutenção do desenvolvimento nacional por sua interiorização significa uma política de valorização regional ou de diminuição das distorções e desigualdades. Significa não somente a preocupação constante com as áreas problemas, como é o caso do Nordeste, mas também com o desenvolvimento equilibrado e integrado das diversas regiões do país. [ACM, *Mensagem Econômica*, “Lançamento da Campanha pela Interiorização do Desenvolvimento”, 1969, v. 18, n. 187, p. 4].

Estado, atraso relativo e a periferização de Minas Gerais

Para além de reivindicar a interiorização do desenvolvimento, integrantes das elites técnicas e empresariais advertiram para a posição periférica de Minas Gerais, crescentemente sob a esfera de influência da economia de São Paulo. Desde, ao menos, o início da década de 1950, difundiu-se a percepção de que o quadro de *atraso relativo* era indissociável de vigorosa emigração populacional e da drenagem de recursos financeiros pelo pólo do processo de industrialização brasileiro. Nesse sentido deve ser entendida a advertência do diretor da ACM, engenheiro Gabriel Andrade Janot Pacheco¹⁰, em discurso publicado na revista da entidade de classe:

“O assunto ‘situação econômico-financeira’ continua dando margem a generalizados e intensos debates entre os mineiros. Além dos fervilhantes comentários que o povo tece, tivemos ultimamente alguns artigos, notícias e entrevistas aos jornais que contribuíram para interessar mais ainda os mineiros em sua situação atual. (...) Com efeito, Sr. Presidente, repetindo conceitos aqui já exarados, Minas Gerais tem visto desaparecer de suas terras o numerário indispensável à movimentação dos negócios sadios e legítimos, inclusive da produção agrícola e pecuária da próxima safra. (...) São Paulo continua com o seu comércio importador a vender para grandes áreas do País e a reter naquele Estado seus lucros compensadores e, principalmente, conta com a sua imensa produção industrial a drenar dinheiro de todo o País. (...) Nosso dinheiro está saindo de Minas Gerais para pagar as indústrias de São Paulo, principalmente, e também do Distrito Federal e Rio Grande do Sul, que nos vendem alguns bilhões por ano, em máquinas e ferramentas, utensílios, drogas, tecidos, conservas, armarinho e quinquilharias de toda sorte, etc., etc.. Pode-se dizer mesmo que São Paulo tem em Minas Gerais cerca de 50 000 coletorias arrecadando numerário para os Bancos paulistas: são nossas casas comerciais, farmácias,

¹⁰ Engenheiro Civil formado pela UFMG (1937). Iniciou a carreira profissional em empresa de carvão de pedra e trabalhou em estradas de ferro. Dirigiu a Indústria e Comércio de Minério (ICOME). Foi diretor administrativo da USIMINAS e diretor da ACM (PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL DO CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS DA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UFMG. Projeto Integrado: *Memória e História – Visões de Minas*. Entrevista: Gabriel Andrade Janot Pacheco, realizada em 11/08/1994).

bazares, bares, etc., onde se encontram até 90% de produtos das indústrias paulistas. Nosso dinheiro está saindo de Minas Gerais com os mineiros que emigram para o Parana, Goiás, etc. (...) Apoiemos, nós, das Classes Produtoras, sem reservas, com um aplauso sadio, sincero e entusiástico, a obra de industrialização do Estado, que empreende o Governador Juscelino Kubitschek, que, só ela, junto com a expansão dos transportes, poderá levar Minas para uma situação de menos dependência, lamentável dependência, podendo viver os nossos filhos livres dos temores e dificuldades que hoje nos assaltam” [ACM, *Mensagem Econômica*, “Crédito e queda da produção”, 1952, v. 1, n. 4, p. 57-59].

O engenheiro Amaro Lanari Júnior¹¹, em estudo sobre a indústria siderúrgica mineira, divulgado em 1955, reiterou o entendimento da inserção subordinada do estado na divisão interregional do trabalho. Conquanto assinalasse o crescimento relativamente acelerado do setor siderúrgico e considerasse efetiva a ação do Governo Estadual na promoção do desenvolvimento da indústria, pontificou a necessidade de superar a especialização de Minas Gerais na produção de bens intermediários:

“Repetindo o que já afirmamos, há dez anos passados, para que o nível de vida da população mineira possa crescer satisfatoriamente, é muito mais importante concentrar os esforços no desenvolvimento das indústrias manufatureiras e de transformação, do que preocupar-se em produzir mais ferro bruto e matérias-primas para alimentar indústrias fora do Estado” [FIEMG, *Vida Industrial*, “A Siderurgia de Minas no Plano Nacional”, 1955, v. 5, n. 12, p. 33].

Em artigo sobre o sistema bancário-financeiro nacional, o engenheiro e economista Jaime Andrade Peconick¹² assinalou a necessidade de a política financeira contemplar o fato das desigualdades regionais. O futuro diretor do BDMG sublinhou que clivagens setoriais e regionais não poderiam ser olvidadas no âmbito da reforma bancária prevista nas *reformas de base*:

“A administração financeira do País deve subordinar-se a um dispositivo peculiar, vinculado decisivamente a incontestáveis realidades regionais. Enquadrar o todo pelo prisma de uma área mais desenvolvida, ou seja igualar as problemáticas de São Paulo e Goiás ou Maranhão, por exemplo, é erro fundamental. (...) No panorama atual da economia brasileira, ressalta como fato dos mais importantes,

¹¹ Amaro Lanari Júnior (1913-1999) formou-se em Engenharia Civil, de Minas e Metalurgia pela Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto (1936). Exerceu as funções de engenheiro chefe da Laminação e Trefilaria da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, engenheiro de construção da Estrada de Ferro Brasil/Bolívia, engenheiro chefe da Siderúrgica Aliperti (SP), presidente da Acesita (1957) e presidiu também a Usiminas por 18 anos (1958-1976). Foi professor catedrático de Metalurgia Geral e Siderurgia da Escola Politécnica de São Paulo (1943-1958). Foi vice-presidente e presidente da Associação Brasileira de Metais (1962-1964), vice-presidente e presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia (1963-1968). Presidiu a FIAT Automóveis do Brasil (1983-1985) e a Siderbrás (1985-1987), bem como a vice-presidência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (1993-1997). Foi um dos fundadores da USIMINAS, sócio fundador da Associação Brasileira de Metais, membro fundador da Fundação Gorceix, que presidiu de 1989 a 1995, e do Instituto Costa Sena. Publicou, entre outros estudos: *Novas bases para uma política siderúrgica*, *Perspectivas da Indústria Siderúrgica em Minas Gerais*, *A siderurgia de Minas Gerais no plano nacional*, *O projeto da Usiminas e sua justificativa* (sítio da Fundação Gorceix: http://www.gorceixonline.com.br/2011/index/informacoes_texto.php?id=32&idtexto=7; FIEMG, *Vida Industrial*, 1983, julho, nº 7, vol. 30, p. 16).

¹² Natural de Conselheiro Lafaiete - MG (1926), estudou Engenharia Industrial nos Estados Unidos e formou-se em Economia na Universidade Federal de Minas Gerais (1944). De 1956 a 1965 foi professor da Escola de Engenharia de Ouro Preto e também superintendente da Alcan no Brasil. Lecionou Economia em escolas do Rio de Janeiro. Foi um dos idealizadores da Usiminas e da Açominas. Atuou no Departamento de Estudos Econômicos da FIEMG e participou da criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, do qual foi diretor entre 1967 e 1971. Entre 1971 e 1978 presidiu a Hidrominas, foi presidente da Ferro de Belo Horizonte (Ferrobela), de 1979 a 1984, e o idealizador da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbela), da qual foi o primeiro diretor presidente (1979-1985). Primeiro presidente da ALCOA, em Poços de Caldas. Presidiu a multinacional japonesa Fuji do Brasil (sítio da Prefeitura de Belo Horizonte: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbela&tax=25741&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=51401&chPlc=51401).

perturbando já o ritmo de crescimento global, a diversidade desse ritmo nas várias regiões, o que – juntamente com as variações de clima, recursos naturais e condições de trabalho cria necessidades e problemas bem diversos em cada uma dessas regiões [FIEMG, *Vida Industrial*, “Descentralização do Banco do Brasil, passo inicial da reforma bancária”, 1961, v. 11, n. 1, p. 13].

Entre o final da *Quarta República* e o início da *Ditadura de 1964*, ou entre o esgotamento do ciclo de crescimento sob a *industrialização substitutiva de importações* e o início da recessão, o reconhecimento dos desequilíbrios regionais assomou definitivamente ao espectro dos problemas da modernização econômica brasileira (Lessa, 1975). As contradições que permeavam as relações entre o nacional e o regional passaram a integrar o centro do debate sobre novo modelo econômico (Ianni, 2009: 183-214). O objetivo histórico da superação do subdesenvolvimento nacional desdobrou-se, particularizou-se, em múltiplas tarefas de promoção do desenvolvimento regional.

O pioneiro *desenvolvimentismo mineiro*, que remontava ao início do século XX, e a recorrente atuação das elites modernas estaduais na concepção e consecução de políticas de promoção do desenvolvimento regional, por meio de estudos e projetos/planos, alçaram Minas Gerais na década de 1960 e início do decênio seguinte à liderança na construção de estrutura institucional, na discussão do problema do subdesenvolvimento regional e na promoção de políticas públicas *desenvolvimentistas* (Barbosa, 2012: 42-195). Em Minas generalizou-se a percepção do problema das desigualdades que caracterizavam o federalismo brasileiro, com elevada participação das elites regionais no debate e na elaboração de propostas voltadas à *recuperação econômica*.

No transcurso da década de 1960, elites técnicas e empresariais mineiras ascenderam progressivamente para o centro da discussão sobre os desequilíbrios regionais, em geral, e sobre a posição de *atraso relativo* de Minas Gerais, em particular. Verificou-se complexidade crescente nos termos da compreensão das relações entre o nacional e regional, inclusive com o aporte significativo de novos instrumentos de análise, pertinentes às Ciências Econômicas. Como se pode depreender, por exemplo e significativamente, de longo artigo do economista Fernando Antônio Roquete Reis¹³, aqui citado também em extensas e pertinentes passagens, dada sua relevância no debate coevo. Reis é autor que merece destaque neste artigo pois, se é figura pública empenhada no desenvolvimento regional – como as demais citadas – é também intelectual de escol, reconhecido pelos pares por sua competência acadêmica. Ele ajuntou, na década de 1960, duas pontas de um só processo: o interesse eminentemente técnico, do observador atento e estudioso, e o objetivo político, vinculado a uma demanda ora de categoria profissional ora do gestor de política econômica. Reis talvez tenha sido, neste sentido, figura clássica a representar a *tecnoburocracia* mineira, sobretudo a partir da década de 1960 e da ascensão do economista às arenas decisórias da agenda política econômica mineira. Seu artigo, aqui em evidência, assume importância ampliada na medida em que nos permite observar o esforço acadêmico de compreensão vinculado ao interesse específico do homem público. Embora se trate, principalmente, de objetivo de teorização, de apresentação

¹³ Fernando Antônio Roquete Reis (1932-1983) bacharelou-se em Economia (1958) e pós-graduação em Análises Econômicas (1960) pela Universidade Federal de Minas Gerais, e extensão em Desenvolvimento Regional na Universidade de Nuevo Leon no México (1963). Pesquisador (1959-1962) e professor-assistente (1959-1969) da UFMG. Economista da ACM em 1962 e do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais em 1963. No BDMG desempenhou inicialmente a função de assessor do Departamento de Análises e Projetos, ascendeu a chefe do Departamento de Estudos e Planejamento (1963), a diretor adjunto (1967) e a diretor do Banco no mesmo ano. Diretor do Gabinete de Planejamento e Controle do Conselho Estadual de Desenvolvimento de Minas Gerais (1966-1969). Membro do Conselho Monetário Nacional e diretor do Banco Central do Brasil (1969-1971). Presidiu a Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais (1971-1974). Presidente da Companhia Vale do Rio Doce (1974-1978). Publicou diversos estudos sobre economia regional, finanças, tributação, política fiscal, financiamento do desenvolvimento, entre outros temas (Abreu, Beloch, Lattman-Weltman e Lamarão, 2001, vol. V, p. 4954).

de modelos e conceitos da Economia Regional (Economia Espacial, Geografia Econômica) que instrumentalizassem a compreensão e correção de desequilíbrios regionais resultantes de processo de desenvolvimento desigual, o texto do então professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG¹⁴ avançou uma série de considerações sobre a experiência brasileira. Segundo múltiplas referências historiográficas e teóricas, Fernando Reis analisou o processo de formação e consolidação do “desnívelamento regional” brasileiro, entre as décadas de 1930 e 1950. Na política econômica vigente no curso das três décadas que coincidem com a *industrialização substitutiva* estaria a chave para a compreensão do caráter desigual do desenvolvimento brasileiro:

“Do ponto de vista estritamente regional, não há porque fugir à afirmativa de que essas três regiões [mais dinâmicas da economia brasileira] desfrutavam, então [início da década de 1930], de semelhantes graus de desenvolvimento. Note-se, contudo, que o ‘celeiro’ central [Minas Gerais] produzia para o mercado interno, ao passo que a zona cafeeira [São Paulo] e a gaúcha visavam ao mercado externo. (...) Os dois grandes setores da economia dos anos ‘30 [“região cafeeira” e “regiões produtoras de alimentos” ou “áreas-celeiro”] receberam, pois, tratamento discriminatório: ao mesmo tempo que a região cafeeira gozava da vantagem de vender ao govêrno tôda a safra a preços mantidos, a agropecuária sulina [Rio Grande do Sul], mais dependente do mercado externo, reajustou seus volumes à procura decrescente, e a mineira experimentou estagnação. Tal situação foi decisiva para o início do processo de desnívelamento regional, que se agudizou nas duas décadas seguintes. Uma outra variável há de ser incluída, entretanto: a enorme diferença de capacidade empresarial, ou de empresários ‘schumpeterianos’. À primeira vista, essa diferença pode ser imputada à presença de enorme massa de imigrantes em São Paulo, admitindo que êsses imigrantes trouxessem a ‘entrepeneurial ability’ que faltava nos Pampas ou nas Alterosas. Ainda que tal fator tenha influído, parece-nos mais importante o superior estoque de economias externas, particularmente ferrovias, energia elétrica, sistema bancário e serviços” [Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*¹⁵, “Elementos para uma teoria do planejamento regional”, 1963, v. 3, n. 1, p. 133-135].

Aparente contradição desponta da análise de Fernando Reis. Conquanto assinale na política econômica do Governo Vargas na década de 1930 a origem da desigualdade entre as economias regionais mais dinâmicas, além de diferencial no comportamento dos empresários regionais associado à incidência de imigração estrangeira, o futuro economista do BDMG acentuou como decisivo o “estoque de economias externas” de cada região. Em sendo assim, variáveis definidas antes da década de 1930, frutos de processos com elevado tempo de maturação relativa (“ferrovias, energia elétrica, sistema bancário e serviços”), seriam decisivas para a definição da localização espacial do investimento. De acordo com Fernando Reis, no transcurso da II Guerra o caráter excepcional das relações internacionais e suas repercussões sobre os setores de mercado interno e externo da economia brasileira aprofundariam os desníveis regionais. Dois impulsos desencadeados pela Guerra repercutiriam notavelmente sobre a estrutura econômica brasileira e impulsionariam o processo de constituição de “região motora” (região pólo), que polarizaria o processo de desenvolvimento nacional:

¹⁴ “A Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG) foi criada em 1941 e reorganizada em 1945. Nos anos 1950 ocorreu uma série de inovações importantes e a FACE constituiu-se em efetivo centro de ensino e pesquisa interdisciplinar no campo das Ciências Sociais Aplicadas. Entre as inovações institucionais significativas a partir de então foi a implantação do sistema de bolsas de estudos, a adoção do regime de tempo integral para o corpo docente e a criação das revistas no âmbito da FACE, que veicularam temas importantes da realidade brasileira. A partir de 1967, implantou-se a pós-graduação em Economia” (Paula, 2006: 329).

¹⁵ “No caso da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, que teve como grande dirigente o professor Júlio Barbosa, trata-se de publicação que foi a mais significativa do Brasil, em sua época, no campo das Ciências Sociais, tendo também repercussão internacional. (...) Nas páginas da *Revista* foram tratados os temas candentes do desenvolvimento econômico, a distribuição da renda e a inflação, o planejamento e a Economia regional, o debate sobre a cientificidade das ciências sociais” (Paula, 2006: 339).

“No fim da década, irrompe a II Guerra Mundial, que desencadeou sobre a economia brasileira duas sortes de forças: a) de um lado, privou-nos do suprimento de bens de consumo e equipamentos que importávamos às nações envolvidas; b) de outro, fêz crescer a demanda internacional de alimentos e matérias-primas que tínhamos condições de oferecer. Ao primeiro impacto, reagiu a economia, dedicando-se à produção doméstica dos bens antes importados; a nós interessa indicar que essa produção foi irreversivelmente alocada na região têxtil-cafeeira, onde havia capacidade empresarial e economias externas” (...) “O segundo efeito – ampliação da pauta e do volume das exportações – encontrou a economia mal aparelhada em muitos setores, razão porque seus resultados não são iguais. Convém, de início, distinguir as repercussões da procura adicional para produtos **tradicionais** e da procura eventual para produtos **novos**. O crescente volume e os preços ascendentes obtidos pelas exportações de café e as restantes **tradicionais** dirigiram-se, é claro, para suas típicas zonas produtoras, com evidente predomínio paulista. Extinguiram-se os estoques de café, lançavam-se os produtores em busca de novas terras, expandindo a cultura e colonizando novas áreas. Os lucros das atividades de produção e comercialização da rubiácea, fixando-se na região, permitiram não só a abertura de nova ‘fronteira’ (Noroeste paulista, Norte do Paraná), como atrair mão-de-obra e, principalmente, a formação de um ‘fundo’ que custearia as inversões industriais, imobiliárias e financeiras – tudo isso dentro da própria região. É a partir dessa época que a antiga zona têxtil-cafeeira erige-se efetivamente em ‘região motora’, na concepção de Perroux. (...) Isto pôsto, conclui-se que o período bélico representou papel de relevo no desnivelamento regional, conduzindo a antiga região têxtil-cafeeira à condição de região motora, para o que também contribui a localização da usina da Cia. Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, reerguendo o decadente Vale do Paraíba – mas, acima de tudo, fortalecendo a posição das indústrias mecânicas, metalúrgicas e químicas no eixo Rio-São Paulo, indústrias essas criadas durante o conflito” [Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, “Elementos para uma teoria do planejamento regional”, 1963, v. 3, n. 1, p. 135-138].

Para Fernando Reis, a segunda metade da década de 1940 e o decênio seguinte responderiam pelo aprofundamento e consolidação dos desequilíbrios regionais. A política econômica que vigorou no período favoreceu a concentração dos investimentos na “região motora”, sobretudo como decorrência das “vantagens locacionais” que apresentava. O processo de integração do mercado interno brasileiro, impulsionado pela modernização rodoviária, proporcionou a expansão da dominação comercial da “região motora” sobre os mercados regionais periféricos:

“O período que se estende de 1946 a 1953 é bastante curto para conter transformações estruturais e mudanças espaciais, o que não exclui a ocorrência de progressivo esvaziamento da área não monetária da economia, combinada com a queda da produtividade agrícola. Agudização dos desníveis regionais, elevação de preços e primeiros sintomas de crises de abastecimento são os resultados últimos. (...) É fácil perceber que essa reforma cambial [de 1953, Instrução 70 da Sumoc], de cunho nitidamente protecionista, produziria reações regionais polivalentes. Ao favorecer a importação de equipamentos, dava novo impulso à industrialização (do tipo substitutivo), na medida em que assegurava o mercado interno ao produto ‘made in Brazil’. Concebida presumivelmente em sentido nacional e global, a reforma Vargas-Aranha produziu, na verdade, alocação maciça de investimentos (nacionais e estrangeiros) na área que era titular das vantagens locacionais: a região motora. Note-se que já a esse tempo o mercado para a indústria da região motora crescia. Seu próprio mercado interno, preponderante, robustecia-se com o incremento demográfico e a elevação da renda ‘per capita’; o mercado (nacional) externo para a região motora, por força do crescimento da rede rodoviária, transferia para ela seus fluxos comerciais. A bem dizer, assistia-se à integração do mercado brasileiro” [Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, “Elementos para uma teoria do planejamento regional”, 1963, v. 3, n. 1, p. 141-142].

Segundo Fernando Reis, a internalização da produção industrial, resultante da *substituição de importações*, criou e amplificou mecanismos que transferiam renda das economias regionais periféricas para a “região motora”. Transferência assimétrica, posto que nem todas as economias regionais se integraram efetivamente com a economia pólo. O futuro presidente da CVRD identificava no período os primeiros movimentos na direção da constituição de divisão interregional do trabalho:

“Sem sombra de dúvidas, ênfase à industrialização, combinada com o amparo à cafeicultura, conduziu à substituição intensiva de importações, obviando novamente maciça alocação de recursos na região motora. Já a essa época [primeira metade da década de 1950], eram insatisfatórias as condições das áreas-celeiro [Minas Gerais e Rio Grande do Sul], face à permanência dos tabelamentos e o fortalecimento do sistema oligopólico-oligopsônico de comercialização. Para agravar, encareceram os ‘inputs’ da agricultura: máquinas, adubos e inseticidas, e ferramentas, que antes eram supridos pelo resto do mundo a câmbio favorecido, passaram a ser comprados na região motora, sem qualquer restrição de preços. (...) Transformação de maior alcance foi, porém, aquela que se deu nas relações inter-regionais. As duas regiões sub-desenvolvidas [Minas Gerais e Rio Grande do Sul] transferiram para a região motora seus fluxos de comércio, comprando-lhe os bens que antes adquiriam diretamente ao exterior, e fornecendo-lhe em troca quantidades relativamente menores de matérias-primas. (...) Áreas mais próximas da região motora tornaram-se ‘satélites’ e algumas vieram a ser incorporadas. As tradicionais áreas-celeiro [Minas Gerais e Rio Grande do Sul] prosseguiram fornecendo bens de subsistência e algumas matérias-primas industriais (minérios, gusa, madeira, lã), mas não é exagero afirmar que o grosso da demanda derivada dos investimentos procedidos na região motora dirigia-se para o resto do mundo, sob a forma de equipamentos, metais, peças e instrumentos, trigo, petróleo, papel. A conclusão a tirar é que o progresso da região motora se fez sem maiores impulsos quanto às demais regiões, e até mesmo sem qualquer impulso para o Polígono das Sêcas e a Amazônia. Menos mal que zonas vizinhas se tenham tornado ‘satélites’, encontrando na região motora o grande mercado para sua produção primária” [Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, “Elementos para uma teoria do planejamento regional”, 1963, v. 3, n. 1, p. 143-145].

A *industrialização pesada*, estágio superior da *industrialização substitutiva de importações*, aprofundou a concentração espacial dos investimentos na “região motora”. Fernando Reis sublinhou o agravamento dos “desníveis regionais” sob os efeitos do Plano de Metas:

“Na medida em que o programa [Plano de Metas] era setorial, deixava tácito que a alocação dos investimentos se fizesse espontaneamente; e os conduziu, automaticamente, para a região motora. Note-se que, não prevendo a compatibilização de insumos e produtos, o programa gerou novos pontos de estrangulamento. Nos setores básicos, êsses estrangulamentos eram afastados via inversão pública. Nos demais, mediante investimentos privados, do tipo induzido, que, naturalmente era localizados perto do mercado, isto é, dentro da mesma região motora. É de ver que o ‘programa’ produziu a agudização de efeitos aglomerativos no interior da região motora, conduzindo para fora da economia parcela importante da demanda derivada, tudo isso de maneira a marginalizar as demais regiões, salvo exceções particularíssimas. (...) Os sete anos do sistema de taxa múltipla (novembro de 1953 a fevereiro de 1961) foram bastantes para firmar a posição de comando da região motora, que consolidou seu poder de barganha, reforçou suas economias externas, polarizou o mercado e valeu-se da estratégia oficial para implantar sua indústria de bens de capital às expensas da Instrução 113 e do ‘câmbio de custo’, malgrado não tivesse na mesma dose a proteção cambial e tarifária que assegurava o sucesso da indústria de bens de consumo. Os desníveis regionais assumiram proporções alarmantes, em parte devido ao tratamento que se deu às exportações (só melhorado com a Instrução 199, em fins de 1960), em parte devido à institucionalização dos fatores negativos que obstaculizavam a agropecuária de exportação (Bahia, Rio Grande do Sul) ou de subsistência (Paraná, Minas Gerais)” [Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, “Elementos para uma teoria do planejamento regional”, 1963, v. 3, n. 1, p. 145-146].

Concluída a análise do processo histórico em que se forjaram e sedimentaram os desequilíbrios regionais brasileiros, o economista Fernando Reis procedeu a resumo da dinâmica que repôs no tempo “círculo vicioso”, que sustentou o caráter concentrado e excludente do desenvolvimento brasileiro:

“Veja-se que essas distorções locais são problema específico do atual estágio da economia brasileira. De fato, o polo capitalista, em seu ‘take off’, recebeu adições líquidas e consecutivas de economias externas, algumas das quais extraídas ao polo pré-capitalista. Cada novo projeto alocado no polo dinâmico representaria, a seguir, nova vantagem locacional. Instaurou-se assim um círculo vicioso (que muito faz lembrar a formulação de Myrdal), mas que foi tornado possível por deficiente sistema

viário (donde a preocupação de aproximar as indústrias do maior mercado) e por inadequada estrutura tarifária (que não só discriminava a favor de matérias-primas, como estabelecia fretes inferiores aos custos de operação). Como demais se tratava de decolagem, em que cada projeto concretizado auferia vantagens monopólicas, as implicações locacionais puderam ser olvidadas de início; doravante essas mesmas implicações vão levar a maioria dos novos projetos para a área dinâmica” [Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, “Elementos para uma teoria do planejamento regional”, 1963, v. 3, n. 1, p. 150-151].

Regionalismo e desenvolvimento regional

O artigo de Fernando Reis, publicado às vésperas da ruptura institucional que encerrou a *Quarta República*, contempla parte considerável dos aspectos que, antes e depois, estiveram no centro da análise das elites regionais mineiras sobre o caráter espacialmente desigual do desenvolvimento brasileiro, mormente a periferação de Minas Gerais. Como no *memorial* entregue ao futuro presidente Costa e Silva por representantes das mais importantes associações de classe empresariais e de técnicos de Minas Gerais (ACM, FIEMG, SME, entre outras) e publicado na revista *Mensagem Econômica*. O documento, de 1966, apresenta “uma análise completa da situação econômica e financeira de Minas”, assim como “uma série de sugestões para a solução de problemas de interesse não só da economia do Estado como do país”. Os representantes classistas acentuaram os desníveis de desenvolvimento entre as regiões do país, particularmente a posição de *atraso relativo* de Minas:

“Pressionado entre os favôres e incentivos fiscais concedidos ao Nordeste e a potência econômica-financeira do Centro-Sul [São Paulo], o Estado de Minas Gerais vem apresentando acentuados sintomas de debilitamento econômico, não obtendo sequer os índices nacionais de desenvolvimento econômico. (...) Estas são apenas algumas das causas que, somadas a inúmeras outras, fazem com que o Estado de Minas, de recursos imensuráveis, tenha hoje uma renda per-capita inferior em 30% à média nacional (...) Estado possuidor de consideráveis riquezas potenciais, Minas Gerais vem caracterizando-se pelas exportações de matérias-primas brutas e produtos semi-elaborados para economias mais desenvolvidas do país, salientando-se como áreas consumidoras os Estados de São Paulo e Guanabara. Com índices de crescimento econômico inferiores à média brasileira, Minas vê cada vez maior a distância que a separa dos centros desenvolvidos do país. O reflexo imediato desta discrepância ascendente é notado através da verificação do constante fluxo de mineiros, que, à falta de mercado de trabalho em Minas, demandam outras regiões do País em busca de oportunidades de trabalho” [ACM, *Mensagem Econômica*, “Sugestões e reivindicações de Minas ao Marechal Costa e Silva”, 1966, v. 15, n. 161, p. 13, 15, 21].

Entre as sugestões apresentadas pelo *memorial*, foram assinalados os pronunciados desequilíbrios regionais brasileiros, que deveriam ser considerados como eixo para a ação do Governo Federal:



COSTA E SILVA RECEBE MEMORIAL

Durante a instalação do Governo Federal em Minas Gerais, o presidente da República Arthur da Costa e Silva recebeu no Palácio dos Despachos os dirigentes de Entidades das Classes Produtoras, que lhe fizeram entrega de longo memorial contendo as reivindicações nos diversos setores do comércio e da produção. Na oportunidade, o marechal Presidente foi saudado pelo Sr. Exaltino Marques de Andrade, presidente da Federação do Comércio. Estava presente o general Edmundo Macedo Soares, ministro da Indústria e Comércio.

FIEMG, *Vida Industrial*, “Pessoas & fatos”, 1967, ano XIV, outubro, s/n.

“Às diferentes realidades econômicas regionais dadas as enormes diferenças regionais de possibilidades econômicas e de estágios de desenvolvimento, a política econômica-financeira governamental há forçosamente que reconhecê-los” [ACM, *Mensagem Econômica*, “Sugestões e reivindicações de Minas ao Marechal Costa e Silva”, 1966, v. 15, n. 161, p. 17].

São inequívocas as evidências de que entre o final da década de 1960 e o início do decênio seguinte exacerbou-se em Minas a mobilização pelo desenvolvimento regional. As elites mineiras intensificaram a discussão sobre as origens das desigualdades entre os estados, sobre o modelo que forjou e consolidou realidades regionais com graus tão díspares de desenvolvimento. Outrossim, conheceu complexidade crescente a análise da posição de Minas Gerais, segundo a inserção na economia nacional e também no âmbito das políticas do Governo Federal para a correção dos desníveis regionais. Editorial da *Mensagem Econômica*, de julho de 1968, abordou o tema de forma direta, desde o próprio título (*Desequilíbrios regionais*):

“Objetiva a Associação Comercial de Minas oferecer uma contribuição construtiva, isenta e idônea ao problema do desenvolvimento regional no Brasil. Estado mediterrâneo e central constituindo como que uma miniatura do Brasil – por apresentar internamente os mesmos e graves desníveis regionais que se defronta o país – Minas sente-se à vontade para abordar o problema, e quer além de exame crítico dos esquemas vigentes, propor outros e melhores caminhos. A história econômica brasileira, feita de ciclos e fases, está na raiz dos desequilíbrios regionais da era presente. As epopéias do açúcar, do ouro, da borracha e do café, explicam em parte porque coexistem, no território nacional, áreas de tão distintos níveis de renda e bem estar. (...) Sucede, que alguns desses Estados, por minúcias da manipulação estatística, estão incluídos num pretenso Centro-Sul desenvolvido, como é o caso de Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. As economias destas unidades federadas são duplamente pressionadas: de um lado, a atração irresistível do amplo estoque de economias externas disponíveis na área paulistana e guanabarina, de outro, o igualmente irresistível apêlo dos incentivos fiscais, ao que se somam os descritérios na aprovação de projetos. Estão distorcidos os critérios de localização industrial; o nefasto papel dos esquemas de incentivos produz-se sobre o setor manufatureiro do polo natural de crescimento – o eixo São Paulo-Guanabara – na medida que aprova a SUDENE projetos que vão aumentar a oferta de bens cuja demanda já é insuficiente. Mas produzem-se tais efeitos nefastos, sobretudo, sobre aqueles Estados próximos do polo dinâmico, pois, quanto a estes, a alternativa de localização os exclui: ou se fixam no polo dinâmico, ou se transferem para o artificial ‘polo fiscal’. (...) Para isso, cremos, impõe-se a instituição de um sistema racional de planejamento regional, sobre o qual se determinassem objetivos e meios de crescimento econômico, disciplinando a distribuição geográfica da indústria, fazendo prevalecer as vantagens comparativas, evitando a duplicação ruínosa de capacidade instalada e o uso imoderado dos estímulos fiscais [ACM, *Mensagem Econômica*, “Desequilíbrios regionais”, 1968, v. 16, n. 174, p. 4-5].

A perspectiva histórica estava definitivamente inscrita no centro do debate sobre o problema regional brasileiro, em geral, e sobre o caso de Minas Gerais, em particular. Apenas no longo prazo, especificamente no transcurso do processo de modernização econômica, seriam discerníveis os fatores que presidiram a formação das assimetrias regionais. Na mesma revista, no mesmo ano, artigo de autoria do economista Élcio Costa Couto¹⁶, então chefe do Departamento de Estudos e Planejamento do BDMG, versara sobre as razões históricas que presidiram a formação do atraso mineiro, bem como os obstáculos à sua superação. Notável a vigência de provável consenso quanto à percepção de que a economia de Minas Gerais no final da década de 1960 estava comprimida entre dois pólos de atração de investimentos: o dinâmico ou natural (eixo São Paulo-Guanabara), beneficiário de maior volume e

¹⁶ Formado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1961), com curso de especialização em Planejamento do Desenvolvimento Econômico pelo ILPES. Foi chefe do Departamento de Estudos Econômicos da ACM. Foi diretor do BDMG, além de chefiar o Departamento de Estudos e Planejamento da instituição. Diretor de Planejamento do Estado de Minas Gerais. Atuou como professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Entre outros, publicou: *Formação Econômica de Minas Gerais, Planejamento do Desenvolvimento Econômico* e coordenou e foi co-autor do *Diagnóstico da Economia Mineira* de 1969 (Couto, 1972). Presidiu a Superintendência Nacional da Marinha Mercante (Sunaman) entre 1974 e 1979 e exerceu a função de secretário de Agricultura do Rio de Janeiro (1987-1991) (Abreu, Beloch, Lattman-Weltman e Lamarão, 2001, vol. II, p. 1707). Dirigiu a Finame no período 1970-74, tornando-se, então, secretário-executivo do Ministério do Planejamento, e nessa condição exerceu a Presidência do IPEA até 1979. Servia ao BID, em 1991, quando de sua morte (Araújo e Modenesi, 1978).

desenvolvimento de economias externas, e o fiscal (Nordeste), artificialmente sustentado por aparato institucional (Sudene) e incentivos fiscais:

“Durante a fase áurea do desenvolvimento brasileiro – principalmente na década dos ‘50 – o Estado de Minas Gerais deixou de usufruir com maior intensidade os efeitos benéficos do processo de industrialização via substituição de importações por não possuir, àquela época, elenco adequado de economias externas que lhe possibilitassem maior absorção de investimentos industriais. As deficiências de energia elétrica e sistema viário se aliavam à escassez de empresários e de poupanças produtiva. Uma hipótese explicativa para o desnivelamento de Minas pode ser encontrada nos esquemas de defesa do café – inaugurados efetivamente com o Acôrdio de Taubaté em 1906 e à raiz dos quais se processou a industrialização brasileira – que tendiam a contemplar sempre as regiões produtoras e de comercialização do produto com o grosso da renda artificialmente criada pela manipulação do mecanismo cambial. As distorções causadas pela política cafeeira permitiram que, progressivamente, as regiões beneficiadas – especialmente São Paulo – pudessem equipar-se para a industrialização e aproveitar com maior eficácia os reflexos dos fenômenos externos que propiciaram a industrialização. A aceleração do desenvolvimento de São Paulo e Guanabara durante fases críticas de nosso setor externo – Primeira Guerra Mundial, Grande Depressão, Segunda Guerra Mundial – atestam tais suposições. Dessa forma, quando se acelerou o processo de desenvolvimento do país na década de ‘50, Minas não estava preparada para, utilizando seus recursos naturais, impulsionar o seu próprio desenvolvimento. Na verdade, o crescimento industrial verificado entre 1950 e 1960, em nosso Estado se fêz, em sua maior parte, naqueles ramos em que nos integrávamos com o desenvolvimento do eixo Rio-São Paulo, através da produção de matérias-primas e insumos intermediários [“ramo sidero-metalúrgico”]. (...) Por outro lado, os mecanismos de desnivelamento regional que funcionam, seja pela presença de maior soma de economias externas nos pólos industriais (São Paulo e Guanabara), seja pela ação de instrumentos de estímulos fiscais (Nordeste e Norte), no sentido da alocação de recursos fora do Estado, tendem a inviabilizar muitas alternativas industriais” [ACM, *Mensagem Econômica*, “Perspectivas da indústria mineira”, 1968, v. 16, n. 171, p. 19-20].



Economista Elcio Costa Couto, do BDMG, em fotografia anexa a artigo referente à conferência que pronunciou na FIEMG, sobre a “Evolução e tendências da indústria em Minas Gerais” [FIEMG, *Vida Industrial*, “Setor tradicional da indústria trabalha em baixos níveis de eficiência e racionalidade”, 1967, ano XIV, dezembro, s/n].

O fato das desigualdades regionais no Brasil estava perfeitamente demonstrado no período, inclusive pelo acúmulo de evidências produzidas segundo métodos de extração acadêmica. A análise e discussão do tema nos órgãos de representação de classe empresariais mineiros apoiaram-se em dados recolhidos em outras instituições ou de lavra própria. O economista Célio de Azevedo¹⁷, do Departamento de Estudos Econômicos da ACM¹⁸, em

¹⁷ Célio de Azevedo formou-se em Ciências Econômicas na UFMG em 1961 (sítio da Face/UFMG: http://web.face.ufmg.br/face/70anos/index.php?option=com_k2&view=item&id=93:ci%C3%A7%C3%A2ncias-

artigo publicado em 1969, apresentou dados da Fundação Getúlio Vargas para demonstrar a impropriedade da classificação de Minas Gerais como estado desenvolvido. Segue reprodução da tabela, com a renda *per capita* regional brasileira publicada pela *Mensagem Econômica*, e algumas considerações do autor:

Renda Interna Per Capita – em 1966		
Regiões e Unidades da Federação	Renda Per Capita (NCr\$)	Média do Brasil = 100
CENTRO-NORTE	257,3	64,5
Amazonas	213,6	53,6
Pará	179,0	44,9
Maranhão	117,2	29,4
Mato Grosso	535,2	134,4
Goiás	395,8	99,4
NORDESTE	219,9	55,2
Piauí	115,1	28,9
Ceará	194,5	48,8
Rio Grande do Norte	249,1	62,5
Paraíba	239,2	60,1
Pernambuco	263,3	66,1
Alagoas	225,1	56,5
Sergipe	241,8	60,7
Bahia	209,9	52,7
CENTRO-SUL	499,0	125,3
Minas Gerais	285,2	71,6
Espírito Santo	245,7	61,7
Rio de Janeiro	364,3	91,5
Guanabara	1.195,9	300,3
São Paulo	662,0	116,2
Paraná	293,7	72,7
Santa Catarina	298,6	75,0
Rio Grande do Sul	500,1	125,6
BRASIL	398,3	100,0

FONTE: Centro de Contas Nacionais – IBRE – FGV

“Pelos dados notamos que apenas a região Centro-Sul atingiu um grau relativamente satisfatório de desenvolvimento. As demais regiões permaneceram em estado de subdesenvolvimento. Apesar disto existe ainda na mesma região Centro-Sul seríssimos focos de atraso econômico, notadamente nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. (...) Notamos que êsses organismos regionais [Sudene, Sudam, Sudesul e Sudeco] abrangem quase a totalidade do país, com a exclusão de São Paulo e Guanabara já desenvolvidos, e dos Estados do Rio, Minas Gerais e Espírito Santo, como se êstes últimos fôssem já bastante desenvolvidos para serem tratados em igualdade de condições com o Estado paulista e o guanabariniano, não necessitando de organismo regional de desenvolvimento, quando os dados do quadro registrado neste trabalho mostram o contrário em termos de renda ‘per capita’” [ACM, *Mensagem Econômica*, “Desigualdades regionais do Brasil”, 1969, v. 18, n. 189, p. 28-29].

Em breve artigo publicado em 1965, Fernando Reis dedicou-se especialmente em considerar a legitimidade da mobilização política pelo desenvolvimento regional. Mobilização que na década de 1960 transcendeu círculos dirigentes e difundiu-se por amplos setores sociais. Assinala o economista que, embora o *regionalismo* tenha surgido associado ao “drama do Nordeste” e se desdobrado na criação da Sudene (1959), outros “movimentos regionais” despontaram como resposta ao caráter espacialmente concentrado do desenvolvimento brasileiro, sob o modelo de *industrialização por substituição de importações*:

[econ%C3%B4micas](#)). Chefiava o Departamento de Estudos Econômicos da ACM em 1974, quando concedeu entrevista ao *Boletim de Conjuntura* da Fundação João Pinheiro.

¹⁸ “O Departamento de Estudos Econômicos da Associação Comercial de Minas foi fundado em 1949, na esteira da Conferência de Araxá, sob a responsabilidade do advogado Washington Albino, que era também jornalista de economia e mais tarde, na área acadêmica, se projetou como um dos pais do Direito Econômico brasileiro. A marca mais forte do seu trabalho foi a do enraizamento da idéia de planejamento regional, que se expressou em estudos sobre as áreas geoeconômicas de Minas e em reuniões nas cidades-pólo visando disseminar o debate sobre o tema. (...) Outra marca relevante do Departamento foi a formulação de um corpo de idéias nacionalistas sobre os problemas mineiros e brasileiros da época, cujo ponto alto foi a chamada ‘Tese Mineira do Petróleo’, em defesa do monopólio estatal – posição que singularizou a elite empresarial de Minas perante sua congêneres de outros estados” (Dulci, 1999: 181).

“Nos anos recentes, surgiram movimentos como o gaúcho (desprovido de sustentação teórica significativa) e o mineiro (baseado no atraso relativo do Estado quanto ao desenvolvimento econômico nacional), sem falar, naturalmente, de episódicos surtos de paulistanismo. Qualquer que seja o nível de idoneidade científica de movimentos como êsses, o importante é que eles contribuíram para fixar, na temática político-administrativa, o problema regional. (...) A ascensão do regional, na análise econômica brasileira, deve-se em parte a êsses movimentos de opinião. Viria, inexoravelmente, como fruto do impasse em que hoje está o processo nacional de desenvolvimento. Com efeito, é atualmente convicção de maciça maioria dos economistas brasileiros que estão a exaurir-se as perspectivas de desenvolvimento via industrialização por substituição de importações. (...) Na década que corre, a substituição de importações já é inviável como fórmula de sustentar o processo de desenvolvimento. Não só já substituímos parcela alentada das importações costumeiras, como o fizemos com enormes custos sociais, através da inflação, da instalação de capacidade ociosa, do agravamento dos desequilíbrios regionais. (...) Os movimentos de índole regional não são – se é que foram – meras manifestações do egoísmo. Racionalizaram-se. E revestem hoje a condições de solução ótima na alternativa do desenvolvimento brasileiro, frente ao impasse a que chegou êste. É portanto lícito exigir, ao setor público, que proceda visando ao interesse social; não obrigando, por certo – mas sim orientando – a criação de novos polos de desenvolvimento, para interiorizar a industrialização, expandir o mercado interno, amenizar os desequilíbrios regionais” [ACM, *Mensagem Econômica*, “Movimentos regionais”, 1965, v. 13, n. 144, p. 3-4].



Economista Fernando Reis, secretário da Fazenda do Governo Rondon Pacheco, discursa na *Convenção Estadual da Indústria*, realizada na FIEMG [FIEMG, *Vida Industrial*, “Prosperidade empresarial é conquista de novos mercados”, 1971, ano XVIII, março, s/n].

Limites à superação das contradições nas relações entre o nacional e o regional

Em Minas Gerais, o movimento de ascensão das elites técnicas e empresariais impulsionou a consciência das contradições entre o nacional e o regional no âmbito da modernização econômica do Brasil, bem como a ação voltada para a promoção do desenvolvimento regional. Conquanto remontasse ao início do século XX o despontar em Minas de reflexão que assinalava a vigência de desequilíbrios regionais, expressos em evidências de desenvolvimento econômico em duas regiões, São Paulo e Rio de Janeiro, e quadro mais ou menos pronunciado de subdesenvolvimento nas demais regiões, somente a partir da década de 1930 avançou avaliação das relações desiguais entre os estados.

As elites modernas mineiras progressivamente consolidaram percepção do caráter regionalmente assimétrico do processo de integração do mercado interno nacional, sob a dominação do pólo hegemônico localizado no eixo SP-RJ, e a posição complementar e dependente, ou marginal, das economias dos demais estados. Assim, ganhou crescente legitimidade à reivindicação por intervenção corretiva, compensatória, do Estado, nos planos federal e estadual, com o objetivo de criar instituições e formular e implementar políticas de desenvolvimento regional que reduzissem a excessiva concentração econômica no referido eixo, particularmente em São Paulo.

De reivindicações genéricas pela *interiorização* do desenvolvimento, por meio da *descentralização* do processo de industrialização, portanto da quebra do insulamento de

regiões pouco integradas ao centro dinâmico da economia nacional, bem como da vaga prescrição da necessidade do *planejamento*, passou-se ao refinamento da compreensão dos efeitos do caráter desigual do modelo de modernização em curso. Afirmou-se, reiteradamente, que o pólo da economia nacional exercia atração sobre as populações dos demais estados, segundo intensas migrações internas, drenava recursos financeiros, a promover elevada concentração dos investimentos, e instaurou e repôs no tempo divisão inter-regional do trabalho que subordinou as economias menos dinâmicas, que se especializaram na produção de bens de menor valor agregado e complementares ou subsidiários.

No mesmo sentido, foi requintado o entendimento da participação do Estado no processo de estabelecimento ou aprofundamento das disparidades regionais, com a adoção de política econômica, desde 1930, centrada em mecanismos de atração de investimentos a favorecer a consolidação da polarização exercida pelo centro dinâmico da economia brasileira, ou que objetivava, com a criação da Sudene, desconcentração que beneficiaria macro-região específica.

Os desequilíbrios regionais, enquanto contradição do processo de modernização econômica do Brasil, ganharam projeção mais ampla a partir da década de 1960, com a conclusão do processo de *industrialização por substituição de importações*. Avultaram as críticas às relações desiguais entre os entes federados, o domínio econômico incontestável de São Paulo e a posição dependente, complementar ou marginal das demais economias regionais.

Na década de 1960 a perspectiva histórica estava definitivamente incorporada à análise do problema do subdesenvolvimento de Minas Gerais, a iluminar a formação do desnivelamento regional e os fatores que impediram a correção das desigualdades. Ao alargamento do instrumental de análise econômica comparada, crescentemente favorecido por dados seriados, somou-se a legitimidade ascendente de formas de *regionalismo* que se assentavam na prioridade do desenvolvimento regional. Assomou a constatação da necessidade da correção dos desequilíbrios regionais, via políticas públicas que criassem às condições para a expansão econômica nas economias regionais retardatárias, que promovessem a desconcentração dos investimentos por meio de compensações aos fatores de atração presentes em São Paulo e Rio de Janeiro.

Por fim, notável a quase total ausência de questionamentos sobre a essência da natureza da modernização brasileira – conservadora de estruturas sociais e econômicas profundamente desiguais, excludente por concentrar em movimento regressista os benefícios em parcela minoritária da população, não emancipatória por significar a redefinição dos termos da dependência e frustrar as aspirações de desenvolvimento com soberania e ruptura da condição periférica. O material coligido sobre a percepção das elites modernas de Minas Gerais sobre as relações entre o nacional e o regional no processo de modernização econômica não contempla pensamento que convirja para a proposição de modelo de modernização próprio. Ao contrário, técnicos e empresários parecem enredados em comportamento mimético, a assumir visão dualista e inclinação teleológica que resultou na aspiração pela reprodução acrítica da experiência de São Paulo, bem como na não consideração da prioridade de superação dos pontos de estrangulamento sociais e das singulares contradições da realidade mineira.

Uma nota sobre agenda de pesquisa: Minas entre dois projetos de desenvolvimento?

Conquanto a avaliação que encerrou o tópico anterior afirme a incapacidade ou ausência de interesse das elites modernas de Minas Gerais em romper com as determinações hegemônicas que presidiram o desenvolvimento brasileiro, não se pode olvidar que na

literatura sobre o tema desponta forte sugestão de que a perspectiva de uma política econômica ligada à problemática social acompanhara parte do grupo técnico mineiro ao menos até o final da década de 1960. Quando teria emergido uma divisão entre técnicos mais afeitos ao modelo concentrador que se desenhava em escopo nacional e outro, que se mantivera fiel ao modelo originalmente rascunhado a partir, sobretudo, do *Diagnóstico da Economia Mineira* (Godoy, Barbosa e Barbosa, 2010). *Diagnóstico* que reflete uma silente preocupação com o problema social, sugerida ao longo de suas páginas sem nunca ganhar corpo definitivo de uma política de “planejamento social” (como definido por Bustelo, 1982: 132-152).

Cumpra sublinhar, contudo, que este *Diagnóstico* teve como fase aguda de sua produção o período entre 1967 e 1968. Seus volumes foram lançados logo no início de janeiro de 1969, menos de um mês depois, portanto, do anúncio do Ato Institucional Nº 5, que é considerado marco significativo no recrudescimento do Regime de 1964. A hipótese aventada, nesse sentido, de que o planejamento do desenvolvimento mineiro a partir da década de 1970 excluiu uma parcela do corpo técnico mais voltada ao planejamento social em favor de outro, mais preocupado com a execução orçamentária, permite o cotejamento entre um quadro nacional politicamente asfiziado, com política econômica especialmente concentradora, com quadro regional específico.

Segundo Cintra e Andrade (1976), Diniz (1988) e Muinhos (1991), a formatação do *I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social* (I PMDES), em 1971, representa marca substantiva nesse processo: optou-se por ampla reforma da estrutura administrativa do Estado, priorizando mecanismo de planejamento politicamente vinculado a uma forte secretaria para tal, além de uma Secretaria da Fazenda responsável por não apenas oferecer suporte ao *Plano* como pela modernização da estrutura fazendária mineira. Para Muinhos (1991), no entanto, o fortalecimento da Secretaria da Fazenda, então sob comando do mesmo Fernando Reis, esvaziou parcialmente a Secretaria de Planejamento como núcleo das ações de planejamento em Minas. Isso teria representado, então, a vitória do *modelo economicista*, pois, ainda segundo o autor, “havia dois grupos antagônicos: o primeiro, preocupado não apenas com problemas econômicos, mas também com sociais, como habitação, saúde, educação e desconcentração da indústria (este foi o grupo responsável pelo I PMDES); o outro preocupava-se com a expansão econômica, especialmente da industrialização. O fortalecimento do grupo político economicista seria um reflexo das condições políticas brasileiras na época do ‘Milagre Econômico’” (Muinhos, 1991: 56).

Considerando-se, contudo, que: **i.** o I PMDES foi, de acordo com a literatura atinente, lastreado no *Diagnóstico da Economia Mineira*; **ii.** que o *Diagnóstico* foi essencialmente coordenado por Fernando Roquete Reis; **iii.** que o *Diagnóstico* possuía ampla preocupação social e que; **iv.** o I PMDES teve sua agenda de planejamento social eclipsada pelo *pensamento economicista*, segundo Muinhos (1991) ou Diniz (1988), como explicar a presença de Fernando Reis nas duas pontas? Pois, se é como afirma Muinhos, que sugere que, no contexto das reformas administrativas levadas a cabo pelo poder público mineiro no início dos anos 1970, a “reforma financeira também fortaleceu a Secretaria da Fazenda [comandada por Fernando Reis], marginalizando o sistema de planejamento do processo de elaboração orçamentário do Estado” (Muinhos, 1991: 58), a vitória *economicista* tinha como seu prócere a figura de Reis.

A inferência de que a agenda *economicista* teria prevalecido, de que a Secretaria da Fazenda teria eclipsado a pasta do Planejamento e de que as reformas fazendárias ocuparam o centro das políticas pós-1971, em consonância com o modelo do *Milagre Econômico*, permite inferir que Fernando Reis teria, por fim, reorientado sua ação política e mesmo seu pensamento intelectual, tendo em vista ser o secretário da Fazenda no período. Deve-se

ressaltar a inexistência de pesquisa histórica sobre este processo que aponta para a ruptura entre *grupo economicista* e outro, ligado ao planejamento social.

Cabe, então, apenas sublinhar algumas informações em caráter de aproximação. Em primeiro lugar, deve-se destacar que a política fiscal, via mecanismo de incentivo, foi considerada amplamente exitosa em Minas na década de 1970, assim como a própria política fazendária – a despeito do naufrágio dos dois primeiros planos de desenvolvimento econômico e social do estado (Fernandes, 2007: 11-39). Também é preciso sublinhar o êxito na organização do sistema de caixa único e na fixação de tetos para as despesas dos órgãos públicos o que, segundo Cintra e Andrade (1976), promoveu o enfraquecimento do modelo de coletorias de impostos municipais, enfraquecendo, por conseguinte, uma fonte considerável de clientelismo na política mineira. É importante, nesse sentido, sublinhar que o *Diagnóstico* apontava, como uma das causas do *atraso relativo* da economia mineira justamente as relações da política tradicional e seu clientelismo. Assim, não é impossível supor que mesmo em uma agenda presumivelmente *economicista* estivesse presente o pensamento que se rascunhara poucos anos antes quando da publicação do estudo do BDMG. Não deixa também de ser sugestivo que, naquele período e contexto, ganhasse relevância estudos como os de Cadein e Widalsky (1974), que sublinhavam a necessidade de, em economias subdesenvolvidas e periféricas, se abandonar o planejamento global em favor de um planejamento pontual e, sobretudo, uma estruturação e organização do sistema orçamentário. Nessa perspectiva, o abandono de agenda de *planejamento compreensivo* em favor de política orçamental mais acurada e de *planejamento incremental* não seria, ao cabo, uma outra leitura técnica do processo de desenvolvimento regional, portanto não redutível a simples vinculação automática ao modelo do *Milagre Brasileiro*?

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alzira A. de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio T. N. (organizadores). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.
- ARAÚJO, Aloísio B. de; MODENESI, Rui L. “O sistema nacional de bancos de desenvolvimento e a avaliação de projetos no Brasil”. *Segunda Mesa-Redonda de Bancos de Desenvolvimento*. Recife: Banco Interamericano de Desenvolvimento - Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento, 1978.
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE MINAS (ACM). *Mensagem Econômica*. Belo Horizonte: 1952-1971.
- BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. *Tecnoburocracia e Pensamento Desenvolvimentista em Minas Gerais (1903-1969)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012. Tese de Doutorado.
- BARBOSA, Maria Lígia. *Reconstruindo as Minas e planejando as Gerais: os engenheiros e a construção dos grupos sociais*. Campinas: Unicamp, 1993. Tese de doutorado.
- BUSTELO, Eduardo S. “Planejamento e política social: a dialética do possível”. Em: BROMLEY, Ray e BUSTELO, Eduardo S. (organizadores). *Política x Técnica no planejamento. Perspectivas críticas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982: 132-152.
- CAIDEN, Naomi e WILDAVSKY, A. *Planning and budgetion in poor countries*. New York: John Wiley, 1974.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo: Global; Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

- CINTRA, Antônio Otávio e ANDRADE, Luis Aureliano Gama de. “Planejamento e desenvolvimento: notas sobre o caso de Minas Gerais”. *Revista de Administração Pública*, vol. 10, n. 2, p. 221-240, abr./jun. Rio de Janeiro: 1976.
- COUTO, Élcio Costa. “Finame, uma inovação no financiamento do desenvolvimento industrial”. Fundação João Pinheiro, *Boletim de Conjuntura*, 2(2): 20-24, abr.-jun., Belo Horizonte: Centro de Economia Aplicada, 1972.
- DELGADO, Ignácio Godinho. *A estratégia de um revés: Estado e associações empresariais em Minas*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.
- DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
- DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- DINIZ, Clélio Campolina. “Estado e planejamento em Minas Gerais: notas para discussão”. Em: Paiva, Paulo (org.). *Minas em questão*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1988.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MINAS GERAIS (FIEMG). *Vida Industrial*. Belo Horizonte, 1950-1971.
- FERNANDES, Cândido Luiz de Lima. “Economia e planejamento em Minas Gerais nos anos de 1960 e 1970”. *Revista Gestão e Tecnologia*, vol. 8, n. 1, jan./jun. Belo Horizonte: 2007.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. “A política do ICM e o desenvolvimento de Minas”. *Boletim de Conjuntura*, 4(1): 2-5, jan.-mar. Belo Horizonte: Centro de Economia Aplicada, 1974.
- GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Daniel Henrique Diniz; BARBOSA, Lidiany Silva. “Da arte de conhecer as doenças: o Diagnóstico da Economia Mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais”. Em: *Nova Economia: Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG*, v. 20. n. 2. mai./ago. Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG, 2010.
- IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- LESSA, Carlos. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo: Editora da Unicamp e Brasiliense, 1975.
- MARTINS FILHO, Amílcar Vianna (organizador). *Novo Dicionário Biográfico de Minas Gerais: 300 anos de História*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2013.
- MONTEIRO, Norma de Góis (coordenadora). *Dicionário biográfico de Minas Gerais – período republicano (1889-1991)*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1994.
- MUINHOS, Marcelo Kfoury. “O alcance do planejamento estadual no Brasil: os planos mineiros de desenvolvimento da década de setenta”. *Revista Análise & Conjuntura*, vol. 6, n. 3 set/dez. Belo Horizonte: 1991.
- PAULA, João Antônio de. “O ensino e a pesquisa em economia na Universidade Federal de Minas Gerais”. Em: *Análise (PUC/RS)*, v. 17, p. 329-344. Porto Alegre: 2006.
- PEREIRA, Lígia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora de. *Associação Comercial de Minas: uma história de pioneirismo e desenvolvimento - 1901-2001*. Belo Horizonte: ACM, 2001.
- PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL DO CENTRO DE ESTUDOS MINEIROS DA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UFMG. Projeto Integrado: *Memória e História – Visões de Minas*. Entrevista: Gabriel Janot Pacheco, realizada em 11/08/1994. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG: 1961-1966.

Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG: 1956-1971.

Revista da Faculdade de Ciências Econômicas. Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG: 1952-1957.

SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHEIROS (SME). *Revista Mineira de Engenharia*. Belo Horizonte: 1938-1964.